

MULHERES NEGRAS – ENTRE O SOFRER E O RESISTIR

Thainá da Silva Costa¹, Lilian Cantelle²

¹ Thainá da Silva Costa (graduanda do curso de Psicologia do Instituto Municipal de Ensino Superior – IMES). E-mail: thainasilvacosta@live.com

² Lilian Cantelle (professora doutora em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina – UEL). E-mail: lilacantelle@gmail.com

RESUMO

Neste artigo, versaremos sobre a realidade da mulher negra brasileira, que o distanciamento diário não permite que se reflita sobre tais questões. Foi identificado ao debruçar sobre o tema a inferência da violência do racismo, sexismo e classes modificando a subjetividade desta mulher, que desde a colonização é sujeitada a várias violências, humilhações e desqualificações por ser negra e mulher. Sobre esta mulher os efeitos de tais violências ocasionam grandes sofrimentos, de origem psíquica, física, levando-a até ao suicídio e ao afastamento étnico. Apesar de a abolição ter ocorrido, políticas de reparações não foram feitas, o que perpetuou estas mulheres nos lugares inferiores da sociedade, no mercado de trabalho, no alto índice de estupro, homicídios e cárcere privado. Entretanto expõe-se também uma proposta de reflexão que não somente evidencie tais atrocidades cometidas contra elas e perpetuações de locais de desqualificação, mas que elucidem a figura de resistência existente nas mulheres negras do Brasil, que pelo candomblé, chefia familiar, movimentos políticos e resgate étnico cultural, apresentam a mulher negra brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: violência contra a mulher negra, sofrimento, resistência.

ABSTRACT

In this article, we will deal about the reality of the Brazilian black woman, that due to the distancing from our daily life does not allow us to reflect on such issues. We identify when we look at the topic the consequence of violence in racism, sexism and classes by modifying the subjectivity of this woman, who has been subjected to many violence, humiliation and disqualification since the period of colonization, for being black and woman. Upon this woman the effects of such violence cause great suffering, of psychic origin, physical, leading to suicide and ethnic separation. Although the abolition has occurred, reparation policies were not made, which perpetuated these women in the inferior places of society, in the labor market, in the high rate of rapes, homicides and false imprisonment. However, we also propose a reflection that not only demonstrates such atrocities committed against them and perpetuations of disqualification emplacements, but which elucidate the figure of resistance existing in black women in Brazil, who through candomblé, family leadership, political movements and ethnic cultural rescue, which presents the Brazilian black woman.

KEYWORDS: black woman, subjectivity, violence, resistance.

INTRODUÇÃO

Investigar a história da mulher negra brasileira é identificar o momento em que elas, retiradas da África, vivenciam uma história de diáspora e sofrimento, mas também de luta e resistência. Pensar na mulher negra brasileira é perceber que a cor da sua pele sempre as diferenciou das mulheres brancas. É ver que, no período da escravidão, eram submetidas a terem os corpos dóceis aos caprichos autoritários dos comandos dos senhores. Caprichos estes de caráter sexual e explorador (SOUZA, 1983).

É reconhecer acima de tudo que a mulher latino-americana pagou e continua a pagar um preço por não ser branca (GONZALEZ, 2011). Por isso, as vivências da população negra, e da mulher negra em especial, devem ser questionadas, uma vez que se trata da produção de uma subjetividade e de sofrimento.⁶ A subjetividade é formada pelo meio social e pelas relações familiares e institucionais (RONLNIK, 1997). Assim, o racismo e o sexismo têm definido, modelado e cristalizado esta subjetividade, colocando tais mulheres no alvo da descaracterização e anulação. Esta subjetividade tem tomado forma de um ideal branco, aquele que é considerado, em nossa sociedade, como superior.

Devido ao tráfico de negros da África para o Brasil, que resultou em uma grande quantidade de negros trazidos para essa região, dados do IBGE de 2016⁷ afirmam que 46,7% da população declaram-se parda e 8,2% preta. Considera-se que o Brasil, fundado por mãos pretas, foi constituído também no âmbito da cultura, língua, religiões e costumes africanos. Mesmo com toda essa contribuição africana, tanto economicamente (resultado do trabalho escravo) quanto culturalmente, após a abolição, não houve reparos à população negra. Esta, com muita luta, viveu ao longo dos séculos enfrentando as teorias higienistas que permearam nosso país, assim como toda a desqualificação étnica e cultural que sofreu (SOUZA, 1983).

⁶ Reconhecemos que os debates sobre a temática étnico-racial e a população negra tem ganhado espaço nos meios acadêmicos, mas o fato disto acontecer não significa que não seja preciso falar mais sobre o assunto. A dificuldade em articular este tema com a Psicologia ainda existe na formação profissional das(os) psicólogas(os) brasileiras(os), e isto advém de um processo histórico herdado de teorias eugenistas e de um sistema escravocrata que atingiu e fundou nossa nação.

⁷ Mais informações no site de notícias do IBGE <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>

CONTEXTO HISTÓRICO

A mulher negra está posicionada socialmente em um local de desigualdade, pois é a mais suscetível a contextos e situações de violações de direitos e está exposta a um maior número de vulnerabilidades. O racismo atravessa a mulher negra com insensibilidade e a coloca em uma situação de falta de acesso à habitação, educação, saúde e aos direitos sociais (MOORE, 2007). Por encontrar-se nesta situação, afetada em diversas formas, esta mulher é sujeitada a um modelo de subjetividade aceitável socialmente, anulando sua etnia e esquecendo sua cor como uma forma de estratégia para fugir dos afetos prejudiciais do racismo e sexismo e ascender socialmente.

Sendo assim, a mulher negra brasileira tem sua subjetividade atravessada e modelada pela violência racial e sexista, sendo inúmeras vezes exposta a decisão do Estado se ela irá viver ou morrer; se será violentada ou não no hospital ao fazer uma visita rotineira ao ginecologista no Sistema Único de Saúde (SUS); ou se terá a oportunidade de estudar ou optará pelo trabalho. O Estado irá decidir qual será seu lugar na sociedade, e este provavelmente será na cozinha, limpando o chão de uma empresa, ou servindo de prazeres sexuais aos novos senhores de engenhos presentes no novo mundo capital (NASCIMENTO, 1976, *apud* RATT, 2006).

É inevitável que o racismo e o sexismo a atinja de alguma forma e, cada vez que um destes afetos a atingir, ela

sentirá uma dor psíquica, subjetiva ou física. Isso pode acarretar em baixa autoestima, em desejo de morrer, em depressão e em anulação ética. Muitas mulheres se sentirão paralisadas e, sem a consciência do racismo, elas culparão por tal sofrimento. Sem a oportunidade de se empoderar, não irão resistir politicamente e a forma de enfrentamento será aderir aos mecanismos de branqueamento para diminuir os efeitos do racismo e do sexismo.

Esta realidade se perpetua, o olhar que se volta para o negro permanece aquele, que o considera como subalterno e o povo branco superior (SOUZA, 1983). A mulher negra, segundo Lélia Gonzalez (2011), tem uma fala infantilizada, suas vivências tornam-se irreais e sua voz não é escutada, é negado o direito de ser sujeitada não só do seu próprio discurso, mas de sua própria história.

Refletindo sobre esta submissão, Neusa Santos Souza (1983) afirma que na época pós-escravidão o povo negro via-se obrigado a assumir e aderir o ideal branco para fazer parte da sociedade. Esta adesão ao ideal branco e massacre étnico ancestral corre em direção para uma ascensão social. O homem e a mulher de pele preta buscam o abandono da posição inferior como uma estratégia de ascender socialmente, para terem uma posição que não seja mais a de inferior⁸. Buscam o aniquilamento étnico para ascenderem, ou seja, para tornar-se gente torna-se branco. Uma vez que os serviços respeitáveis são os serviços de branco e ser tratado bem, é ser tratado como branco.

Estes dispositivos de atribuições negativas como o embranquecimento⁹ e o preconceito racial faziam com que a população negra se afastasse do seu próprio grupo, pois o considerava como uma referência negativa e, para ascender, necessitava desvincular-se de seu grupo e de sua ancestralidade. Além de afastar-se do grupo, a imagem do negro era vista como inferior, uma imagem dada pelo branco e aderida pelo negro (SOUZA, 1983).

Segundo Márcia Figueiredo Tokita (2013), a mulher negra, diferente do homem negro após abolição, permaneceu com os serviços de doméstica, ama de leite, cozinheira, vendedora e de comerciante. O fato de ela ocupar estes lugares sociais, não contradiz o fato desta mulher ter saído da abolição em situação desfavorável e de vulnerabilidade. Os postos assumidos pelas mulheres negras são dados a ela desde o período colonizador e, ainda hoje, estão configurados no nosso modo de pensar. Ao imediatamente ver uma mulher negra, atrelamos a sua imagem à de uma cozinheira ou doméstica, ou de uma mulher que serve apenas para o sexo, mas não para casar e

formar uma família. Neste contexto, vemos estas mulheres “excluídas da lógica social e econômica do país. Sem lugar, sem trabalho, sem nenhum tipo de assistência por parte do Estado para minimamente reparar os 300 anos de escravidão” (p. 122).

HERANÇA ESCRAVOCRATA

Os dados do Instituto de Pesquisa Aplicada demonstram a herança escravocrata das mulheres negras, ilustrando os efeitos do racismo e da violência de gênero exercida pela sociedade (NASCIMENTO 1976, *apud* RATT, 2006). Em 2015, apenas 28,8% de mulheres negras compunham a situação de não pobre, enquanto 53,5% das mulheres brancas ocupam essa posição. Em contrapartida, 53,8% dos homens brancos e 31,1% dos homens negros são considerados não pobres (IPEA, 2015)¹⁰. Uma diferença significativa que demonstra que as mulheres negras são as que têm menos possibilidades e oportunidades que quaisquer outros grupos que compõem a sociedade brasileira (NASCIMENTO, 1976, *apud* RATT, 2006).

Em aspectos de renda domiciliar per capita média das famílias chefiadas por mulheres, as negras ficam abaixo das mulheres e homens brancos e dos homens negros. Dados de 2015 afirmam que 40,5% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Neste mesmo ano, a renda domiciliar per capita média das mulheres brancas chefes de família foi de R\$1572,50 reais. Enquanto a renda média das mulheres negras chefes de família não ultrapassou R\$831,30 reais. A situação piora quando comparados aos homens chefes de família, pois a renda média dos homens brancos é de R\$1688,80 reais e dos homens negros é de R\$942,50 reais (IPEA, 2015). Essa diferença salarial não pode ser justificada pelo nível de escolaridade, como veremos a seguir.

Em 2015, 10,2% das mulheres negras acima de 15 anos eram analfabetas, em comparação a apenas 4,9% das mulheres brancas. 69,3% da população branca havia completado o ensino médio, em comparação aos 57,1% da população negra. Quando olhamos para o ensino superior, 28,1% dos brancos o concluíram e apenas 15% dos negros terminaram o ensino superior. Porém, quando detalhamos mais esses dados, observamos que as mulheres brancas com 25 anos ou mais são as que

⁸ A “ascensão social fazia-se representar ideologicamente, como um instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional” (SOUZA, 1983, p. 21).

⁹ O embranquecimento advém da influência exterior das teorias eugenistas que permeavam o Brasil. O branqueamento era baseado em uma ideologia de a nação brasileira atingir o avanço e o progresso através do branqueamento do povo, ou seja, através da extinção dos negros. Acreditava-se, segundo Francis Bacon e outros autores eugenistas que a raça branca era superior, mais inteligente, veloz e mais capaz do que outras. Por isso neste período em que estas ideais permeavam a nação, eram estimuladas e incentivadas as relações inter-raciais para que a “purificação” da nação acontecesse, assim como também foi incentivado a vinda de estrangeiros brancos para o Brasil, para que o branqueamento ocorresse e concomitantemente o avanço do país.

¹⁰ Para conferir os dados, acessar: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>

estudam por mais tempo (12 anos ou mais de estudo). Elas são 27,1% em comparação aos 24,4% dos homens brancos. As mulheres negras com as mesmas condições são 13,7% e os homens negros são 10,1%. Pode-se perceber, então, que apesar de estudar por mais tempo, as mulheres brancas ganham menos que os homens brancos. Assim como, as mulheres negras estudam mais do que os homens negros, porém elas continuam sendo a carne mais barata do mercado (IPEA, 2015).

Estes dados da educação também revelam que de acordo com o que a população negra feminina, a possibilita para determinados tipos de emprego também se restringem, pois ela não recebe qualificação suficiente para ocupar a chefia de uma empresa, por exemplo. Outro motivo da não ascensão da mulher negra no mercado de trabalho dá-se a sua imagem. Estes serviços elevados implicam em lidar com o público, como comércios ou outros o que demonstram a seletividade para ocupar estes cargos, mantendo-a nos empregos que já lhes são tradicionais e onde elas “não aparecem” (NASCIMENTO, 1976, *apud* RATT, 2016).

A representatividade política feminina apresenta uma realidade de 9,9%. De 7 deputadas negras houve uma queda para 3 deputadas negras, após a legislatura de 2015-2019 que fez a manutenção para a sub-representação feminina (IPEA, 2016).

Também quando falamos em população carcerária o Brasil teve um aumento de 567% no cárcere de mulheres e 220% no aumento de encarceramento de homens (INFOOPEN, 2014 *apud* IPEA, 2016). É enquadrado um perfil para estas mulheres encarceradas. Geralmente são,

(...) mulheres jovens, com filhos, responsáveis pela provisão do sustento familiar, com baixa escolaridade, oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e que exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento (IPEA, 2016, p. 494).

O que leva o leitor perceber que as mulheres negras se enquadram no encarceramento feminino, pois o perfil está de acordo com a realidade que a mulher negra vivencia.

No que se diz respeito a taxas de homicídios em 2013, 4,8% dos casos de mortes foram contra as mulheres (cerca de 4.762 casos). Atrelado a esta violência de gênero está o quesito cor. As mulheres

vítimas de homicídios têm um perfil, negra, sendo predominante nos casos de homicídios no Brasil. O número de mulheres brancas mortas nestes dez últimos anos decresceu em 9,8% enquanto o número de mulheres negras mortas somou 54,2%. Ressaltando no quesito violência cerca de 88,5% de mulheres são estupradas, e dentre destas 51% dos casos de estupros são em pessoas pretas (IPEA, 2016).

Os dados de estupro nos levam a entender que a mentalidade sexista resume o valor da mulher negra nos prazeres sexuais e na fogueira atribuída a elas. Esta mentalidade sugere que os relacionamentos amorosos com as mulheres negras manifestem a negação da existência do racismo e do sexismo. A mídia manifesta a objetificação corporal da mulher negra. Nos filmes, novelas, minisséries, os relacionamentos com as mulheres negras acontecem desta maneira, ou seja, apenas a finalidade sexual, sem intenções futuras de formar uma família com esta mulher.

VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

Encontramos no texto de Márcia Figueiredo Tokita (2013), trechos do poema *Mulata exportação* da atriz e escritora brasileira Elisa Lucinda. Tokita utilizou trechos do poema para contextualizar e reforçar a ideia da violência sexual que as mulheres negras sofrem. Instigou-nos este poema, e surgiu a necessidade de procurá-lo por completo. De modo impactante e real ele apresentava o sexismo sobre as mulheres negras, mas também a resistência das mesmas. Na mesma intenção de Tokita (2013) apresentamos parte deste poema.

Vem, nega exportação, vem meu pão de açúcar! (Monto casa procê mas ninguém pode sabe, entendeu meu dendê?) (...) vem nega sem eu ter que fazer nada, vem sem eu ter que me mexer em mim tu esqueces tarefas, favelas, senzalas, nada mais vai doer (LUCINDA, 2007, *apud* TOKITA, 2013, p. 184).

No poema, vemos a relação do branco com a negra, a relação que é escondida, a relação do favor e do prazer sexual. Na união entre um homem branco e uma mulher negra é possível, segundo o branco, apagar o histórico e a realidade violenta de tais mulheres. Lucinda (2007, *apud* TOKITA, 2013), muito bem nos retrata o real da mulher negra

brasileira, retrata-nos o papel que a sociedade sexista e racista as atribui. Porém, Lucinda adoçamos a leitura do seu poema com a resposta firme e dura desta mulher à sociedade branca. Em alto e bom tom e com resistência as mulheres negras respondem ao racista, ao sexista e a todo aniquilamento e produção subjetiva social.

Seu juiz, não adianta! Opressão, Barbaridade, Genocídio, nada disso se cura trepando com uma escura! Ó minha máxima lei, deixai de asneira não vai ser um branco mal resolvido que vai libertar uma negra (...) Eu me lembro da senzala e tu te lembrás da Casa-Grande e vamos juntos escrever sinceramente outra história (...) Vamos passar essa verdade a limpo porque não é dançando samba que eu te redimo ou te acredito: Vê se te afasta, não invista, não insista!(LUCINDA, 2007*apud* TOKITA, 2013, p. 184).

Elisa Lucinda, produtora de conhecimento e representatividade, neste último trecho traz o sentido com a contribuição do pensamento de resistência que ela encontra nestas mulheres. O que nos força a olharmos para as mulheres negras não só da maneira colonial, pois quando as olhamos apenas sob os contextos de violência e a construção subjetiva que lhe é imposta, continuamos a perpetuar o olhar colonizador (BERNARDO, 2005). Descobre-se negra vivendo a dura realidade violenta de gênero e raça, mas também diz que se descobre negra fazendo o resgate da “sua história e recriar-se em suas potencialidades” (SOUZA, 1983, p.16).

A diáspora foi um dos estímulos de recriação em ser mulher negra e o desenvolver de suas potências. Ela (diáspora) propôs as mulheres negras o contato com suas potencialidades ainda desconhecidas. Uma delas constituía-se em sustentar as fugas dos homens negros escravos, as mulheres negras deixavam alimentos nas estradas em meio às florestas e, desta maneira, sustentavam os homens negros em sua fuga. Elas mantinham a fuga (BERNARDO, 2005).

Também na África, os guerreiros terríveis daomeanos mantinham uma tropa feminina de guerreiras que amedrontava os adversários (BERNARDO, 2005). A mulher negra vem de um lugar em que inúmeras vezes recebia o lugar de ativa. Ao chegarem ao Brasil, trazem com elas esta resistência. A mulher negra a partir dos serviços de

ganhadeiras-escravas ou forras anônimas conseguiam comprar sua própria alforria. Ao transitar vendendo as mercadorias dentro dos botequins e aos que ali passavam elas “faziam circular também notícias, informações, músicas, orações... recriando, no Brasil, o papel feminino de mediadora de bens simbólicos” (p. 06). Com o comércio no Brasil, a mulher negra disseminou as características africanas.

O ganho das vendas as possibilitou a matrifocalidade. Esse fato ofereceu a mulher negra à chefia feminina na família. A mulher negra manteve seus filhos e famílias com o seu trabalho. A partir deste trabalho, ela esperava que seus filhos tivessem acesso aos estudos e a uma profissão, que socialmente subissem de classe (BERNARDO, 2005). Hoje, esta realidade continua a ser vivenciada por muitas delas, sendo a “família tradicional brasileira”: mãe e filhos.

Teresinha Bernardo também reflete de como a religião do candomblé, no Brasil, foi uma grande potência para esta mulher negra. No Brasil, esta mulher tornou-se o centro da religião. Ela no candomblé tornou-se a grande sacerdotisa a mãe-de-santo, onde é atribuída a ela a fonte de sabedoria e do axé que é o amor e também nascente do cuidado. A ela é dado todo o respeito. O deter o poder religioso desenvolve a elas a potência da matrilinearidade. O poder religioso que a mulher negra conquista no Brasil torna-se a ressignificação do poder que elas tinham enquanto habitavam na África. No candomblé, o povo negro através da mulher negra vive o resgate da terra africana, recebendo na religião o alimento que recebiam do que cultivavam no passado na África (BERNARDO, 2005).

Dessa forma, percebe-se que a troca do poder religioso entre os sexos...pode ser melhor explicitada ao recolocar a noção de Terra-Mãe, iluminando a necessidade da mãe, da mulher, da proteção feminina para os africanos ao deixarem a sua terra natal – a África (BERNARDO, 2005 p.19).

Em toda a diáspora e escravidão sempre perpassou, por meio das subjetividades detidas pelos senhores, a subjetividade da negra de forma resistente, com sua etnia, com seu cabelo crespo, com sua capacidade de levar a África e a sua própria história por onde passa. Com sua ancestralidade transportavam os dizeres da diáspora que tudo

estava entregue e que elas eram derrotadas, por lutar com o seu jeito e seu axé alimentavam e faziam viver a subjetividade real da mulher negra.

No Brasil, esta mulher cheia de resistência era frente dos movimentos negros¹¹, os movimentos das mulheres negras são de ordem cultural como supracitado, mas também de ordem política. Havia associações formadas apenas pelas mulheres negras, estas foram à associação da *Sociedade Brinco das Princesas*, formadas em 1925 na cidade de São Paulo e a associação *Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul* (1908) em Pelotas (DOMINGUES, 2006).

Um dos movimentos, entidades mais importantes no Brasil, foi o surgimento da *Frente Negra Brasileira* (FNB) na metade do século XX. A FNB,

(...) desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça* (DOMINGUES, 2006, p. 106).

Na FNB, a representatividade feminina era muito importante, a sua presença não era simbólica, realizava grandes mobilizações de fazer todo o movimento (DOMINGUES, 2007).

Petrônio Domingues (2007) traz evidência que as mulheres tinham vários papéis importantes na FNB. A *Cruzada Feminina* movimentava as mulheres para os trabalhos assistencialistas e a comissão feminina *Rosas Negras* formulavam bailes e festivais artísticos. E, em 1950, também foi identificado o surgimento do *Conselho Nacional das Mulheres Negras*.

De inúmeras formas elas resistiam à história da mulher negra de sofrimento causado pela história de violência tripla: classe, raça e gênero. É uma história formada por muita luta e resistência. Isto demonstra a potência que o grupo dominado encontra, nos ambientes dominados e opressores, o modo de fazer resistência e conseguir poder

¹¹Denomina-se movimento negro como, a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (PINTO, 1993 *apud* DOMINGUES, 2006, p.101).

(GROSSI, AGUINSKI, 2001 *apud* MENEGHEL *et al*, 2005). Seguindo até hoje a mulher negra resiste e se sustenta no candomblé, no samba, no acarajé e na chefia familiar.

O histórico ancestral feminino destas mulheres negras as faz prosseguir e continuar a conquistar seus direitos. Juntamente com a resistência a dor das violências que as fere e faz parte, também, da sua história e do seu dia a dia. A história das mulheres negras brasileiras precisa ser entendida e as violências contra tais mulheres necessitam ser combatidas, sendo um dever de toda sociedade e não somente da população negra o combate ao racismo, ao machismo e a violência de classes.

CONCLUSÃO

Atingidas e inferiorizadas pelo racismo e sexismo que as limitam no seu mover diário, um sofrimento psíquico surge. Impelidas a lidar diariamente com a dor de serem desqualificadas e moduladas pela produção subjetiva ideal, sobrevivem. Os dados nos mostram a diferença entre as mulheres brancas e negras e que além do ser mulher um determinante importante existe: o ser negra. As desigualdades sociais, nos direitos à educação e as situações institucionais que as excluem de determinados serviços, separam e deixam à margem as mulheres negras. Lidar com esta realidade torna-se um peso para elas.

Marcadas pelo processo histórico, a anulação étnica foi um meio comum de ascensão social ao negro, as teorias eugenistas de branqueamento fortaleciam o preconceito e a discriminação racial. Com esta herança, o fazer negro de hoje é permeado ainda por tais ações, pois elas estão presentes no contexto real do negro.

Constituída também pela resistência, a potência existente nas mulheres oprimidas ofereceu a possibilidade de reinventarem-se, reconstruírem-se e descobrirem-se também negra, no resgate histórico-ancestral de seu povo. Pela resistência, também foram e ainda são referência do poder religioso.

Diferente do passado, o poder da chefia familiar e religioso no candomblé elas os detém. Embora o sofrimento ainda esteja presente, de modo resiliente, torna-se menos negativo os efeitos do racismo. Dessa forma, a partir da consciência da existência do racismo, juntamente com o empoderamento permeando desde o núcleo familiar,

é possível constituir uma subjetividade fortalecida a enfrentar tais ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, Teresinha. O candomblé e o poder feminino. **Revista de Estudos da Religião**, n 2. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> Acesso em 20/02/2017.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cadernos pagu**, n 28. 2007.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Caderno de formação política do círculo palmarino n.1 batalha de ideias**. São Paulo, 2011. p. 12-20. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375002/mod_resource/content/0/caderno-de-forma%C3%A7%C3%A3o-do-CP_1.pdf Acesso em 11/12/2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Boletim Políticas Sociais:acompanhamento e análise**, n.24. Cap8 Desigualdade Racial. Brasília: Ipea, 2016.

MENEGHEL, N. Stela; FARINA, Olga; RAMÃO, R. Silvia. História de resistência de mulheres negras. **Revista Estudos Feministas** V. 13, n 3. 2005.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

ROLNIK, Suely. **Uma insólita viagem á subjetividade fronteiras com aética e a cultura**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/viagemsubjetic.pdf>. 20/04/2016 Acesso em: 26/10/2016.

SOUZA, Santos Neusa. **Tornar-se negro**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TOKITA, Figueiredo Márcia. Feminismos, sexualidades e marxismo na América Latina. Mulheres negras. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro**. 2013 Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v9_marcia_GVII.pdf Acesso: 22/03/2017.